

Ao: Excelentíssimo Sr Presidente da República Federativa do Brasil – Luis Inácio Lula da Silva.

De: Federação Única dos Petroleiros – FUP

Assunto: Cancelamento Imediato da 7ª Rodada de Licitação da Agência Nacional de Petróleo – ANP

Sr Presidente, mais uma vez nos trabalhadores do setor petróleo do Brasil nos dirigimos a vossa excelência para manifestar a nossa insatisfação com o processo de licitação de blocos para exploração de petróleo e gás natural, sob a administração da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e coordenação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão este vinculado ao Gabinete de Vossa Senhoria.

Somos contra os leilões dos blocos exploratórios porque entendemos que estes são patrimônios estratégicos da nação brasileira, que não devem ser explorados dentro da lógica de valorização do capital, no curto prazo, em detrimento da estabilidade energética, no longo prazo.

Todo este processo de licitação dos campos exploratórios em nosso país tem por base a Emenda Constitucional nº 9, aprovada em 1995, apesar da resistência heróica dos petroleiros da Petrobrás, e a lei 9.478, de iniciativa do então presidente Fernando Henrique Cardoso, aprovada em 1997. Ambas legislações foram implantadas no bojo das medidas neo-liberais adotadas pelo ex-presidente.

Quando da adoção deste novo marco regulatório chamamos a atenção para as mudanças estruturais que este setor vinha passando a nível internacional que apontavam, invariavelmente, para a alta do preço, no médio prazo, desta que é a principal fonte energética da humanidade. Alertamos que as baixas cotações do barril do petróleo no mercado, em média US\$ 15 o barril, eram fruto de fatores conjunturais, mais associados às mudanças geopolíticas por que o mundo passava naquele momento, do que a um excesso estrutural da oferta. Nossas previsões estavam certas, o barril do petróleo anda hoje perto dos US\$ 60 e analistas internacionais falam em US\$ 100 dólares, no médio prazo

O discurso oficial era que as mudanças na legislação iam garantir, através do aumento da concorrência, a redução dos preços dos derivados de petróleo e o aumento do emprego no setor. De lá para cá o preço médio da gasolina subiu 660 % e o do Botijão do Gás de Cozinha, 700%. Mais de 97% dos empregos gerados no setor estão diretamente relacionados com a atuação da Petrobrás e as empresas privadas só querem investir onde o risco é zero e há garantia/facilidades para exportação de sua produção

Sr Presidente, como já destacamos em outra carta enviada a vossa excelência, a Petrobrás irá garantir a auto-suficiência na produção nacional de petróleo, no ano de 2006. A partir de então passaremos a exportar parcela crescente de petróleo, atingindo a marca de 550 mil barris diários no ano de 2010, conforme o planejamento estratégico da empresa.

Não temos o monopólio da verdade, mas estamos convencidos de que o país não precisa vender nossas províncias petrolíferas ainda não exploradas. Devemos guarda-las como reservas estratégicas. De outro modo, corremos o risco destas irem parar nas mãos erradas que só querem o lucro fácil e rápido. Corremos o sério risco de acelerar nossas exportações no curto prazo para garantir o lucro das multinacionais que atuam neste setor e, infelizmente, retomar as importações no médio/longo prazo, com o preço do barril próximo ou maior que US\$ 100.

Queremos debater da forma mais ampla o possível esta questão. Por isto, Sr Presidente, reivindicamos que vossa excelência interrompa o andamento dos preparativos para a realização da 7ª rodada de licitações de blocos exploratórios e promova um amplo debate nacional sobre o tema da regulamentação do setor petróleo no Brasil. Esta legislação que esta aí já não servia quando da sua adoção e hoje se mostra anacrônica, na contramão das estratégias que os demais países vêm adotando a nível internacional. Aqui mesmo, na América Latina, temos vários exemplos, com destaque para o Uruguai, a Venezuela e, mais recentemente, a Bolívia.

Por fim, Sr Presidente, queremos contar com o apoio de vossa excelência para a realização de um Plebiscito Nacional para discutir os marcos-regulatórios de uma nova legislação para o setor de Hidrocarbonetos no Brasil.

Como já destacado anteriormente, não nos arvoramos a afirmar que temos o monopólio da verdade. Queremos debater com todos os nossos pontos de vista o mais profundamente possível e entendemos que só conseguiremos alcançar nossos objetivos com o cancelamento do 7º Leilão e a convocação do plebiscito para o mais breve o possível.

Sr Presidente Luis Inácio Lula da Silva, temos consciência das dificuldades que vossa senhoria encontra no seu governo, mas acreditamos em vossa capacidade e, mais importante do que tudo, em vosso compromisso histórico com o fim das injustiças sociais e com a luta dos trabalhadores. Apoiamos o Sr nesta luta inglória e queremos contribuir com este processo que em nosso entendimento passa, dentre outras coisas, pela mudança no marco regulatório do setor de hidrocarbonetos no Brasil.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais,

Saudações Sindicais,

Filiada à

